



Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Marx e o Marxismo

Marx e o Marxismo 2011: teoria e prática

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 28/11/2011 a 01/12/2011

TÍTULO DO TRABALHO			
Produção do Conhecimento: uma crítica ao empirismo na pesquisa em educação			
AUTOR	INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO)	Sigla	Vínculo
Felipe de Almeida Verneque	Universidade do Estado do Rio de Janeiro	UERJ	PROPED
RESUMO (ATÉ 20 LINHAS)			
<p>O presente trabalho tem o objetivo de promover a discussão da categoria produção do conhecimento estabelecendo uma crítica ao empirismo na pesquisa em educação, e por fim poder articulá-los em contribuição nos estudos do trabalho científico na área de educação. Partindo dos pressupostos de uma percepção do real que concebe a realidade social como um todo estruturado em suas múltiplas determinações, contraditório e possuidor de uma ordem que não está dada, não é aparente, além de ser histórica e ideológica, temos por valorizar os aspectos teóricos e epistemológicos do trabalho intelectual. Na crítica exposta ao empirismo, propomos a afirmar que não há, contudo, representação alguma capaz de dar conta da totalidade do real em seus múltiplos e vários aspectos, conseqüentemente, analisaremos a afirmação do conhecimento empírico ao não conseguir permitir a reapropriação desse real, pois o processo de abstração um conhecimento absolutamente distante de seu ponto de partida. Para tanto, e melhor compreensão das questões abordadas, o artigo traz para a discussão a leitura de Althusser, Florestan Fernandes e as contribuições da socióloga Miriam Limoeiro Cardoso, pois consideramos que os seguintes autores tendo em seus estudos o itinerário científico marxiano como fonte principal, colaborando com a construção teórica da categoria produção do conhecimento e seus desdobramentos.</p>			
PALAVRAS-CHAVE (ATÉ TRÊS)			
Produção do Conhecimento – Empirismo - Pesquisa em Educação			
ABSTRACT			
<p>The present study aims to promote discussion of the category production of knowledge by establishing a critique of empiricism in research in education, and finally able to articulate them in the contribution of scientific research studies in education. Based on the assumptions of a perception of reality that sees social reality as a whole structured in their multiple determinations, contradictory, and possessed of an order which is not given, is not apparent, and is historically and ideologically, we have to value the theoretical aspects epistemological and intellectual work. In exposed critical empiricism, we propose to claim that there is, however, some representation capable of dealing with the totality of reality in its multiple and various aspects, as a consequence, the assertion of empirical knowledge by failing to allow repossession of real, since the abstraction process knowledge absolutely far from its starting point. To do so, and better understanding of the issues addressed, the article brings to the discussion of reading Althusser, Florestan Fernandes and the contributions of Miriam Limoeiro sociologist Cardoso, because we believe that the following authors in their studies with the Marxian scientific journey as the main source, collaborating with the theoretical construction of the category of knowledge production and its consequences.</p>			
KEYWORDS			
Production of Knowledge - Empiricism - Research in Education			

Introdução

A investigação teórica proposta para o presente trabalho consiste nas questões epistemológicas da produção do conhecimento em educação e nos estudos sobre o empirismo. Na perspectiva da pesquisa em educação, o projeto propõe a discussão acerca da construção do real. A discussão dar-se-á em um confronto da concepção de conhecimento da Teoria Marxista à concepção de conhecimento do Empirismo.

O confronto dito anteriormente ocorrerá de acordo com as descrições da construção do real de que como cada teoria concebe esta construção. Isto só é possível pois, identificamos que a percepção do real analisada pelo empirismo e pelo marxismo são definitivamente opostas. Contudo faz-se necessário explicitar o entendimento que as teorias abordadas fazem da construção do real.

Então logo nas primeiras páginas do trabalho, faremos uma análise histórica e crítica do Empirismo. Estudaremos as perspectivas epistemológicas do Empirismo acerca do conhecimento, as compreensões da construção do real e a concepção teórica deste entendimento. Vale lembrar que a presente dissertação fará uma breve análise do Empirismo, sem a pretensão de explorar toda teoria no esgotamento do tema.

A apropriação da Teoria Marxista se dá pelo devido fato de maior compreensão epistemológica do real a partir dos escritos de Marx, precisamente na Introdução da Crítica à Economia Política. Os estudos de Marx nos farão ter uma nova perspectiva da construção do conhecimento assim como, irão colaborar no confronto das concepções de conhecimento, aqui adiantadas pelo Empirismo e o Marxismo.

Após a descrição das teorias abordadas e do confronto instaurado, começará a surgir a crítica à uma concepção simplista e superficial da construção do real que no nosso entendimento é realizada pelo Empirismo. A crítica apresentada será entorno das compreensões epistemológicas do real que o Empirismo naturalmente tende a fazer. Ou seja, somente por experimentações e contato direto que podemos conhecer e compreender o real.

Para melhor embasamento teórico a esta crítica, trarei para a discussão os escritos da socióloga Miriam Limoeiro Cardoso, assim como as contribuições teóricas de Florestan Fernandes, Bachelard e Bourdieu. No decorrer da dissertação será preciso recorrer à outros autores, porém os teóricos explícitos serão os principais na elaboração deste estudo.

Para concluir o trabalho se propõe a realizar um estudo do Empirismo e do Marxismo, sem esgotar a temática, estabelecendo um confronto entre eles e assim construir uma crítica à concepção empirista da construção do real e seu método de produção do conhecimento.

1. Problematização

Os estudos para este trabalho começaram a partir da discussão do Grupo Episteme (orientado pela Prof^a.Dr.Siomara Borba - UERJ), que há anos desenvolve-se entorno dos estudos da produção do conhecimento e da construção do real. O entendimento do grupo acerca destas categorias me fez despertar para uma crítica a ciência moderna, a forma de como é compreendido real. Desde então foi-se configurando uma investigação teórica a este período histórico, e assim foi ficando claro o confronto entre a ciência moderna e sua concepção teórica – o Empirismo – com os estudos realizados pelo grupo de cunho Marxista.

Partindo dos pressupostos teóricos marxistas discutidos no grupo episteme de entender uma percepção do real que concebe a realidade social como um todo estruturado em suas múltiplas determinações, contraditório e possuidor de uma ordem que não está dada, não é aparente, além de ser histórica e ideológica, temos por valorizar os aspectos teóricos e epistemológicos do trabalho intelectual.

Na crítica exposta ao empirismo, propomos a afirmar que não há, contudo, representação alguma capaz de dar conta das determinações do real em seus múltiplos e vários aspectos, conseqüentemente, analisaremos a afirmação do conhecimento empírico ao não conseguir permitir a reapropriação desse real, pois o processo de abstração um conhecimento absolutamente distante de seu ponto de partida.

Outra consideração a ser feita é em relação supremacia da prática sobre a teoria nas pesquisas em educação. Segundo Acácia e Maria Célia (2005), estamos vivenciando um momento de “um recuo da teoria” na área da educação. A valorização dos fenômenos empíricos nas pesquisas, correspondendo a uma praticidade dos resultados de uma pesquisa. A predominância de um pragmatismo propagado pelos órgãos de assistência a pesquisa.

1.1. Breve Análise do Empirismo

A tese fundamental do empirismo uma das grandes correntes formadoras da ciência moderna (século XVI-XIX) é: o conhecimento da realidade é dado pela experimentação. Consequência lógica dessa tese fundamental é a atitude metodológica de leitura contínua da realidade no decorrer dos fatos: a experiência, as verdades obtidas nessa leitura têm o valor de experiências passadas por isso estão dependentes continuamente de experiência futuras.

A princípio para os empiristas, todo o nosso conhecimento surge da nossa percepção do mundo externo ou do exame da atividade de nossa própria mente. O empirismo introduz elementos céticos que vão ajudar mais ainda a ruptura da unidade cultural e vão permitir um pluralismo de ponto de vista. Negando a intuição intelectual e situando o conhecimento humano no plano do sensível ou do empírico, o empirismo vai tirar do homem fundamentos definitivos e dogmáticos.

O homem é convidado pelo empirismo a passar do dogmatismo das verdades acabadas para o ceticismo ou o relativismo das verdades em contínua construção. O empirismo rompe com a perspectiva de transcendência e situa-se na imanência dos fatos para ver se faz aclodir deles a racionalidade. O empirismo é uma maneira diversa de conceber a razão. Sendo isso seria errado dizer que o empirismo é o repúdio da teoria?

De fato a influência do empirismo para a formação do mundo moderno, se dá pois, é ele que irá revelar de uma forma mais objetiva a nova perspectiva cultural oposta a metafísica. O empirismo é uma doutrina filosófica que trabalha com a descoberta do conhecimento, pois o mesmo afirma que os conhecimentos provem das experiências do contato com o real.

A pesquisa qualitativa para Gatti (2001) nesta perspectiva teórica até os dias de hoje tem como objetivo levar conhecimentos filosóficos do empirismo, analisar o ponto de vista da prática empirista para acadêmicos, professores e pesquisa no âmbito da ciência, como forma de atender especialmente no contexto social.

O problema do conhecimento marca a compreensão primária do empirismo abrindo espaço para uma crítica do idealismo e do racionalismo francês, ou melhor dizendo, a teoria. O empirismo foi definido pela primeira vez explicitamente pelo filósofo inglês John Locke no século XVII, Locke argumentava que a mente seria originalmente um "quadro branco" (tabula rasa), sobre o qual é gravado o conhecimento, cuja a base é a sensação.

O empirismo chamava o homem ao desafio de construir-se centro do próprio universo, com efeito, enquanto o racionalismo crê em suportes mais sólidos e horizontes mais largos, situados nas verdades da razão superiores ao homem e demarcadores do sentido da sua existência, o empirismo deixa ao homem a tarefa de inventar esse universo a partir da multiplicidade até certo ponto caótica do mundo dos acontecimentos.

O empirismo afirma que a razão com seus princípios, seus procedimentos e suas ideias é adquirida por nós pela nossa experiência, em grego, **experiência** se diz **empeiria**, donde, empirismo conhecimento empírico, conhecimento adquirido por meio da experiência.

Concluindo a afirmação feita pelo Empirismo é que o conhecimento e a experiência estão relacionados intrinsecamente na produção de conhecimento, pois é através das experiências do dia a dia é que se adquire mais e mais conhecimento, contribuindo assim para nosso desenvolvimento tanto intelectual como pessoal.

1.2. Produção de conhecimento na concepção Marxista

Em sua crítica à economia política, Marx (1974) estabelece um certo confronto com as concepções teóricas trazidas desde então por raízes empiristas, considerando relações entre o todo e as partes, entre o abstrato e o concreto e entre o lógico e o histórico, tanto no que se refere ao pensamento (as relações entre as categorias enquanto questão lógico-epistemológica), como no que se refere à realidade histórico-social (as relações entre as categorias enquanto questão relativa ao ser, isto é, questão ontológica).

Marx inicia sua análise mostrando que, no terreno da ciência, no caso, da economia política, ao estudar-se uma determinada realidade, por exemplo, um país, o procedimento mais correto aparentemente seria começar pelo real, pelo concreto. Mas Marx mostra que existe aí um equívoco, pois o pensamento não pode se apropriar do concreto de forma imediata, não pode reproduzi-lo através do contato direto definido pela experiência empírica. O contato direto produz no pensamento uma “representação caótica do todo”, que não pode ser considerada como efetiva apropriação da realidade pelo pensamento.

Marx (1974), assim expõe essa questão: Quando estudamos um dado país do ponto de vista da Economia Política, começamos por sua população, sua divisão em classes, sua repartição entre cidades e campo, a orla marítima; os diferentes ramos da produção, a exportação e a importação, a produção e o consumo anuais, os preços das mercadorias, etc. Parece que o correto é começar pelo real e pelo concreto, que é a pressuposição prévia e efetiva; assim, em Economia, por exemplo, começar-se-ia pela população, que é a base e o sujeito do ato social de produção como um todo.

No entanto, a partir de outro ponto de vista teórico, no caso aqui o marxismo: isso é falso. A população é uma abstração, se desprezarmos, por exemplo, as classes que a compõem. Por seu lado, estas classes são uma palavra vazia de sentido se ignorarmos os elementos em que repousam, por exemplo: o trabalho assalariado, o capital, etc. Estes supõem a troca, a divisão do trabalho, os

preços, etc. O capital, por exemplo, sem o trabalho assalariado, sem o valor, sem o dinheiro, sem o preço, etc., não é nada. Assim, se começássemos pela população, teríamos uma representação caótica do todo, e através de uma determinação mais precisa, através de uma análise, chegaríamos a conceitos cada vez mais simples; do concreto idealizado passaríamos a abstrações cada vez mais tênues até atingirmos as determinações as mais simples. Chegados a esse ponto, teríamos que voltar a fazer a viagem de modo inverso, até dar de novo com a população, mas desta vez não com uma representação caótica de um todo, porém com uma rica totalidade de determinações e relações diversas.

Qual o significado da afirmação: “a população é uma abstração, se desprezarmos, por exemplo, as classes que a compõem”? Lembremos que Marx está se referindo-se à análise econômica de um país. Nesse caso, tomar como ponto de partida a população, isto é, a população em geral, cujo único elemento comum a todos os membros dessa população é o fato de pertencerem ao mesmo país, pouco ou nada diz sobre a realidade econômica desse país se não for levado em consideração que essa população não é homogênea, mas composta por classes sociais. O termo abstração aparece aí como sinônimo de uma idéia que não corresponde à complexidade do conteúdo da realidade.

Por essa razão, começar pela população significa partir de uma “representação caótica do todo”. Se essa representação inicial não é capaz de traduzir adequadamente esse todo, torna-se necessário passar à análise: sendo a população composta de classes sociais, é preciso analisá-las; mas isto só é possível analisando-se o trabalho assalariado e o capital; o capital, por sua vez, só pode ser compreendido adequadamente, através da análise do seu oposto, o trabalho assalariado, sendo que a relação entre ambos é mediada pelo valor, isto é, pelo valor de troca que, juntamente com o valor de uso, compõe a mercadoria; por sua vez, a troca entre mercadorias é mediada, no mercado, pelo equivalente geral do valor das mercadorias que é o dinheiro, mediante o qual é estabelecido o preço das mercadorias. Partiu-se da população (a representação caótica do todo, verificou-se a necessidade de analisar as classes sociais e essa análise conduziu, através de decomposições sucessivas, de abstrações cada vez mais sutis (“cada vez mais tênues”), às categorias mais simples, às determinações mais simples, isto é, ao valor que mediatiza a troca de mercadorias e mediatiza a venda da força de trabalho.

Mas o pensamento não encerra aí seu percurso. Ele agora terá que fazer o caminho inverso, isto é ascender da abstração mais simples à complexidade do conjunto que foi representado, inicialmente, de forma caótica. O trabalho analítico com as categorias mais simples e abstratas seguirá agora o percurso do progressivo enriquecimento da teoria interpretativa da realidade, até

atingir novamente o todo que foi o ponto de partida, só que esse todo já não mais se apresenta ao pensamento como uma representação caótica, mas como “uma rica totalidade de determinações e relações diversas”. O concreto é, assim, reproduzido pelo pensamento científico, que reconstrói, no plano intelectual, a complexidade das relações que compõem o campo da realidade que constitui o objeto de pesquisa.

2.Confrontamento de Ideias

No entendimento de Cardoso (1976), assim como e para Bourdieu (1999), o real sobre o qual o discurso científico *fala* não é o real dos sentidos, da experiência e da observação, mas o *real* que foi formulado teoricamente. No entanto, segundo Siomara Borba, é bom lembrar que, com esse pressuposto, o *real objeto de conhecimento* não é o real imediato, mas o *real pensado*, os autores não estão negando a existência do *real*, mas estão tão simplesmente argumentando que o conhecimento se faz em cima de teorias, não a partir do que aparece aos sentidos “o real que deverá fornecer a última palavra não é externo e concreto, mas o real que a própria teoria formulou.” (Cardoso, 1976, p. 68).

Sem negar a complexidade do real Cardoso afirma que, “a realidade que a pesquisa pretende conhecer permanece sempre mais rica do que a teoria que a ele se refere.” (p. 66), e, portanto, indiretamente, indicando a dificuldade de se ter um conhecimento completo sobre o *real*, enfatiza os limites da *realidade* em comandar o processo de seu entendimento. Está claro para Cardoso (1976), a importância da realidade, mas ao mesmo tempo, a sua incapacidade de produzir sua própria inteligibilidade. Cardoso (1976) sintetiza essa ideia nos seguintes termos: “No fundo é a realidade que importa, mas não é ela que comanda o processo de sua própria inteligibilidade.” (pp. 64-65).

Assim, em termos de esclarecimento do que até agora foi apresentado, podemos dizer que, para a perspectiva epistemológica aqui discutida, o processo de conhecimento (experiência) do real não compreende o real, aprendido pelos sentidos, como sendo o *objeto do conhecimento científico*. De uma configuração epistemológica totalmente contrária, o argumento central é a ideia de que o *objeto de conhecimento* é a elaboração teórica já anteriormente construída sobre o real, ou seja, aquilo que já foi construído, teoricamente, sobre o *real*.

Certamente, essa perspectiva, a partir das análises de Gaston Bachelard, Pierre Bourdieu e Miriam Limoeiro Cardoso, ao rejeitar o pressuposto de que o conhecimento é o esforço de desvendamento dos mecanismos do *real* tal como aparece aos sentidos e à experiência empírica, possibilita pensar o processo de construção do conhecimento em novas bases.

O presente trabalho tem considerado essa nova forma de entender o *objeto de conhecimento*, levando em conta uma nova forma de pensar os elementos constituintes da relação *sujeito – objeto*. Esses dois pólos da relação cognitiva passam a ser qualificados na dimensão de teóricos: um sujeito teórico e uma realidade que é um *objeto teórico*.

Tenho compreendido cada vez mais a partir de meus estudos aqui expostos, que o processo de conhecimento é um processo que tem seu início e seu fim no campo do teórico. Tal forma de entender o movimento do processo de conhecimento se distancia da prática de situar o produto teórico no final do processo de conhecimento, fazendo da elaboração teórica, ao mesmo tempo, seu começo e seu fim. Assim, a dinâmica do conhecimento começa no *objeto teórico*, não começa nas aparências do fenômeno, não parte do real como tal e termina em outro *objeto teórico*, substancialmente diferente do *objeto teórico* do ponto de partida, sendo assim uma aproximação teórica para com o real.

Sendo assim, a partir dos estudos de Marx (1974), vai se tornando claro que a realidade, que subsiste como independente do conhecimento, é o ponto de partida da intuição e da representação empírica, configurando uma unidade/totalidade em estado caótico. O ponto de partida teórico é a análise, que implica um movimento de diferenciação na unidade/totalidade e o estabelecimento de relações entre as partes. É um processo de determinação: diferenciação implicando uma hierarquia que vai no sentido de categorias mais concretas/complexas para categorias mais abstratas/simples, as quais constituem determinações das mais complexas não só por diferenciações surgidas no interior daquelas, como também pelo estabelecimento de nexos causais (tem-se aqui um momento de lógica formal como caso particular da lógica dialética).

Chegando-se às categorias mais simples/abstratas o movimento é de síntese, invertendo-se o sentido da hierarquia que agora vai delas para as mais complexas/concretas. Mas o foco do movimento não está apenas nessa inversão de sentido e sim numa sistematização presidida por relações de polaridade ou oposição, tanto entre categorias quanto oposições internas a uma dada categoria. Nesse processo há o estabelecimento de mediações.

As relações descritas anteriormente podem levar a uma dialética idealista na qual há uma identificação “final” entre pólos opostos que só teria sido tornada possível pelo pensamento movendo-se por si mesmo, sendo a lógica uma espécie de substrato ou essência do pensamento. Neste ponto é que o deslocamento do objeto ter ido da categoria conhecimento para a de produção de conhecimento vai configurar com maior precisão que se está no campo materialista.

Também na produção de conhecimento há uma organização de produtores em um modo de produção, em que essa esfera específica tem autonomia relativa com relação à totalidade da produção. A produção de conhecimento científico vai ter particulares instâncias e instituições

sociais que a organizam, conforme se tenha, na totalidade social, diferentes modos de produção (da produção em geral). Assim, embora haja o princípio da autonomia relativa das esferas, um determinado modo de produção científico (com seu método e a sua lógica subjacente) vai encontrar-se sobre determinado pela prática social dominante. Está-se aqui assumindo que a lógica, conforme Lenin, constitui-se como estabilização da bilionésima repetição da atividade prática do movimento do pensamento (em seu trabalho/relação de representação do real).

No que segue, ainda de maneira esquemática, desenvolver-se-á uma análise da produção de conhecimento na prática científica, em que as categorias psicológicas e antropológicas utilizadas se encontram subordinadas às categorias nucleares da ciência da história e, como objeto de análise, tem-se uma explicitação particular da unidade dialética de objetivo e subjetivo.

É na investigação que vão se identificar, no mesmo movimento em que se confrontam, o movimento do pensamento e o movimento do real (ACACIA E MARIA CELIA, 2005). A contínua tarefa do investigador, de buscar adequação da teoria ao movimento real prático, tem a aparência de retirar a produção de conhecimento científico do circuito da mercadoria, por aparecer como um intenso esforço “isolado” do pesquisador sobre o seu tema (e assim aparece à consciência do pesquisador no ato da investigação). Mas isso é enganoso. O valor de uso da teoria é o seu valor de troca, quantitativamente determinável, pela taxa excedente de mais-valia relativa que essa teoria puder realizar nas práticas produtivas, sendo esse o seu momento de identidade com o movimento do real (o resto é a urticária do pesquisador “incompreendido”, diante de um mundo que teima em se lixar para a sua produção “desinteressada”).

Na sociedade burguesa, a mediação do método científico encontra-se articulada às determinações do próprio método, por meio de uma complexa trama de instituições que vão balizando as áreas de interesse social, os temas de maior “necessidade”, os raciocínios corretos, os protocolos válidos, os pareceristas com credenciais adequadas ao julgamento dos trabalhos realizados..., de tal forma que vão dando os contornos e os limites da organização dos produtores científicos.

Os métodos científicos vão ganhando validade (e valor) conforme se mostrem em condições de realizar o seu valor de uso, que é o seu valor de troca, se os resultados da investigação propiciam condições de reprodução do capital (caso contrário, áreas, temas, protocolos, raciocínios... caducam na própria esfera científica).

Perpassam o caminho trilhado por um pesquisador tanto situações subjetivas quanto objetivas (ACACIA E MARIA CELIA, 2005). Caso se queira arbitrar um início para estas dificuldades, uma opção interessante são as originárias das necessidades e exigências da pesquisa acadêmica em face das reais: por um lado as necessidades e exigências das situações reais, das

pessoas reais (redundância útil, neste caso) e por outro, aquelas da pesquisa acadêmica, que nem sempre coincidem. Muitas vezes, no fio da navalha, situa-se a ética na pesquisa.

A produção do conhecimento, segundo a perspectiva adotada, encontra-se organicamente ligada ao modo de produção que se realiza por meio das relações existentes entre sua base material (unidade de forças produtivas e relações de produção) e as superestruturas (jurídico-política e ideológica). As inquietações de um pesquisador, o objetivo de pesquisar, não surgem de maneira isolada, fortuita, esporádica, mas a partir de uma raiz comum, de algo que comanda, na profundidade, uma vontade fundamental de conhecimento que fala com determinação sempre maior, exigindo sempre maior precisão: dessa forma o objetivo do ato de pesquisar é sempre dado por uma perspectiva mais ampla, tornando impossível atuar isoladamente em situação de pesquisa (ACACIA E MARIA CELIA, 2005). Porém, é nas relações entre as esferas que o pesquisador encontra uma relativa autonomia, afloram as perplexidades que levam às perguntas sobre o mundo; é neste campo que a vivência que se tem do e no mundo possibilita diagnóstico e prognóstico, e principalmente aponta um motivo para o ato de pesquisar.

Tem-se, portanto, que os objetivos são constituídos nas relações sociais (que historicamente se articulam em modos de produção) e os motivos são constituídos à medida que os sujeitos internalizam os objetivos e vão lhes dando significados próprios. Nessa forma de conceber a relação entre objetivo e subjetivo, a atividade de pesquisa realiza-se na coincidência do objetivo e da motivação, no processo de pesquisa que, realizando as relações do homem com o mundo, satisfaz uma necessidade especial correspondente a ele.

Na relação (produtora de conhecimento) entre o pesquisador e o conteúdo de sua investigação, o método científico vai encarnar tanto os aspectos objetivos quanto os subjetivos, que se materializam numa determinada produção científica. Dessa forma é possível perceber que tanto o ato de pesquisar quanto o objeto de pesquisa não são neutros, e que o ofício de pesquisa é um ato político, que só pode haver certos tipos de sujeito de conhecimento, certas ordens de verdade, certos domínios de saber a partir das condições que são o solo em que se formam o sujeito, os domínios de saber e as relações com a verdade.

Pesquisar é um ato que obriga também ao envolvimento com outros ambientes de pesquisa. Este trânsito, em outros ambientes de pesquisa, não só possibilita conhecer e trocar impressões e referências bibliográficas, pessoalmente, com pessoas que têm interesses comuns como também auxilia em situações práticas, como obter cópias de materiais aos quais, por outra via, ou não se teria acesso, ou que não seriam simples de se obter.

Isso se dá por intermédio de uma série de instituições e meios de circulação do conhecimento que organizam os seus produtores dentro dos marcos do, e subordinados ao, metabolismo social que tende a transformar toda produção humana em mercadorias, subordinando

o valor de uso ao valor de troca.

Se na sociedade burguesa, de um lado, a produção de conhecimento científico se desenvolveu em um nível muito superior ao dos modos de produção anteriores e goza de uma autonomia relativa como uma das esferas produtivas, por outro lado está condicionada às suas relações com o valor-trabalho para a reprodução do capital. A tendência dominante é a de uma tecnologização da ciência, que permeia a lógica das instituições que organizam os produtores de conhecimento científico, os quais, portanto, não são autônomos para estabelecer uma disjunção entre a sua produção específica e as determinações, socialmente destrutivas, do capital.

3. Conclusão: A produção do conhecimento/pesquisa em educação num contexto incerto

Pensar o conhecimento e a pesquisa que buscam elucidar o significado do humano, seja na sua dimensão de ser natural, seja nas suas dimensões de ser social e de ser psíquico, na sociedade atual, é pensar, tendo como pano de fundo, um contexto social marcado pela certeza da imprecisão e da hesitação.

Da mesma forma, sem ter porque ser diferente, refletir sobre a formação do ser humano, especificamente, sobre a formação de professores e pesquisadores no campo do conhecimento educativo, na contemporaneidade, é refletir, considerando as incertezas e dificuldades como marcas do final do século XX, início do século XXI.

Entre as dificuldades que se apresentam para a formação de professores e de pesquisadores é inescapável a referência à fluidez e à diversidade das condições culturais presentes nas sociedades contemporâneas, sintetizada na afirmação de Richard Sennett: “boa parte da realidade social moderna é ilegível para as pessoas que tentam entendê-la” (Sennett, 2006, p. 20). Entretanto, tal situação não se caracteriza pelo desconhecimento, uma vez que o volume de informação circulando é imenso, mas pela ausência de pontos de referência a partir dos quais essas informações possam adquirir sentido, mesmo de alcance parcial, para o qual contribui a atividade de pesquisa.

O inegável avanço, rapidez e volume do conhecimento contemporâneo tem implicações menos perceptíveis e, no entanto, diretas, na subjetividade e nas formas de sociabilidade. Ao longo do século XX mudou nossa relação com o tempo: ao aceitar a rapidez do conhecimento como inevitável e impossível de ser acompanhada individualmente, ela foi eleita como um valor positivo, transformando-se em critério de julgamento preponderante em diferentes áreas e, conseqüentemente, produzindo uma desvalorização de toda e qualquer forma de rotina e de permanência, inclusive aquelas referentes à durabilidade das instituições e ao acúmulo de

experiência. Por meio da valorização do efêmero e do novo, são desvalorizados o passado, a permanência, a cultura, enfim.

Até meados do século XX, a formação - escolarizada, profissional e pessoal - foi concebida como um processo de longa duração, no qual convergiam conhecimentos e experiências para a aquisição de significados que foram se mostrando pertinentes no transcurso do tempo. No elogio do curto prazo, da flexibilidade e das novas habilidades, perdem-se as idéias de consolidação, de construção de uma história individual coerente ao longo do tempo. Richard Sennett (2005) alerta para uma face protetora das rotinas que consolida certos hábitos nas práticas sociais e no auto-entendimento que, por sua vez, implicam num senso de narrativa histórica. A passagem do tempo permite o acúmulo de conhecimentos e de experiências que dão significado às ações. A flexibilidade – adaptação às circunstâncias sempre variáveis –, ao contrário, atende a uma necessidade da forma econômica contemporânea, que necessita de reinvenções institucionais e pessoais cíclicas e contribui para o apagamento da relação entre passado e presente. Esses aspectos são reiterados por Marshall Sahlins na seguinte formulação:

a produção capitalista é uma especificação cultural e não mera atividade natural e material, ela é produção de significação simbólica que permanece oculta de seus participantes. A produção racional visando o lucro se move junto com a produção de símbolos (2003, p. 218).

Assim, pode-se tomar o desenvolvimento científico, o processo de trabalho na sociedade ou paradigmas filosóficos (os autores e análises podem se multiplicar) para caracterizar, em traços gerais, a aceleração das mudanças próprias do nosso tempo, as incertezas que se avolumam e as graves implicações que têm para a atividade de pesquisa, que busca o conhecimento mais aprofundado das relações sociais e cognitivas.

Considerando, então, que essa aceleração do processo de conhecimento do real e que essa busca de resultados rápidos e imediatos da ação investigativa possam trazer riscos para a atividade de pesquisa e para a formação, entende-se a urgência em se considerar o argumento fundado na ideia de que a pesquisa científica exige a *construção teórica do objeto*.

Essa ideia indica uma opção epistemológica que apoiada nos pressupostos da impossibilidade de o *real falar de si* e da capacidade elucidadora do *objeto teórico*. Ao considerar a concepção que afirma o *objeto científico como teórico*, a ideia orientadora é a incapacidade de partir do real sensível para se chegar à compreensão do real na sua forma abstrata. Assim, esse projeto de *construção teórica do objeto* busca indicar uma alternativa epistemológica para se repensar as práticas investigativas no campo das ciências sociais e humanas e, particularmente, no campo da prática da pesquisa em educação.

Apesar do entendimento de que a existência de uma possibilidade diferente de tratar cientificamente a realidade social e humana não ser, por si só, suficiente para garantir uma abordagem o mais próxima possível da realidade; apesar da consciência de que, envolvendo, *misturado* com, definindo e sustentando *o objeto a ser conhecido feito objeto teórico* está a sociedade mais ampla, a sociedade marcada por incertezas, dificuldades, dúvidas, características da vida social contemporânea, o pressuposto desse trabalho é que a superação dos obstáculos epistemológicos que se apresentam na produção do conhecimento, valendo-se de rigor metodológico e do estabelecimento de relações presentes mas não aparentes, pode contribuir para tornar a ação educativa uma ação social relevante e significativa.

4. Referências bibliográficas

MARX, Karl. *Introdução à crítica da economia política*. Lisboa: Ed. Estampa, 1974.

ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos Ideológicos de Estado*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

CARDOSO, M. L. (1976). O mito do método. *Boletim Carioca de Geografia*. Rio de Janeiro. Ano XXV, pp. 61-100.

CARDOSO, M.L. (1978). *Ideologia do desenvolvimento*: Brasil: JK – JQ. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra.

CARDOSO, M L. (1990) Para uma leitura do método em Karl Marx: anotações sobre a "Introdução" de 1857. *Cadernos do ICHF*, UFF, ICHF, Rio de Janeiro.

BACHELARD, G. (1996). *A formação do espírito científico*. Rio de Janeiro

BOURDIEU, P. CHAMBOREDON, J-C, PASSERON, J-C. (1999) *A profissão de sociólogo: preliminares epistemológicas*. Petrópolis: Vozes.

GATTI, B. (2001). *Implicações e Perspectivas da pesquisa educacional no Brasil Contemporâneo*.

KUENZER, A ; MORAES, M. (2005). *Temas e tramas na pós-graduação em educação*.

BORBA, S ;VALDERAMIN,V (2010). *Construção teórica do real: uma questão da produção do conhecimento em educação*.

SAHLINS, M. (2003). *Cultura e razão prática*. Rio de Janeiro: Zahar.

SENNETT, R. (2005). *A corrosão do caráter. Conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Record.

SENNETT, R. (2006). *A cultura do novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Record.